

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS  
MESTRADO PROFISSIONAL**

**FERNANDA OLIVIA GUISOLFI WEIRICH**

**EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO  
PEAC/RS EM SÃO BORJA À LUZ DO 1º EIXO NORTEADOR**

**São Borja - RS  
2022**

**FERNANDA OLIVIA GUI SOLFI WEIRICH**

**EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA: UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PEAC/RS EM  
SÃO BORJA À LUZ DO 1º EIXO NORTEADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Políticas Públicas.

Dissertação defendida e aprovada em: 14 de dezembro de 2022.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo

Orientador

(PPGPP/Unipampa)

---

Prof. Dr. Muriel Pinto

(PPGPP/Unipampa )

---

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

(PPGPP/Unipampa )

---

Prof. Dr. Jonivan Martins de Sá  
(Unipampa)

---



Assinado eletronicamente por **MURIEL PINTO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/01/2023, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



Assinado eletronicamente por **RONALDO BERNARDINO COLVERO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/01/2023, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



Assinado eletronicamente por **DOMINGOS SAVIO CAMPOS DE AZEVEDO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/01/2023, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



Assinado eletronicamente por **JONIVAN MARTINS DE SA, PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 16/01/2023, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1025892** e o código CRC **186E4C8B**.

---

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

W425e Weirich, Fernanda Olivia Guisolfi

Educação para a cidadania: uma análise da implementação do  
PEAC/RS em São Borja à luz do 1º eixo norteador / Fernanda  
Olivia Guisolfi Weirich.

66 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,  
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2022.

"Orientação: Domingos Sávio Campos de Azevedo".

1. Educação para cidadania. 2. Política pública. 3.  
Democracia. I. Título.

<b>SUMÁRIO</b>	
<b>1 - FICHA DE ANÁLISE</b>	<b>4</b>
<b>2 - RESUMO EXECUTIVO</b>	<b>6</b>
<b>3 - INFORMAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO TÉCNICO</b>	<b>7</b>
3.1 Objetivos do relatório	7
3.2. Origem da estrutura do relatório	7
3.3 Metodologia	8
3.3.1 Metodologia do relatório	8
3.3.2 Metodologia da cartilha	11
<b>4 - PROGRAMA ESCOLA ABERTA PARA A CIDADANIA E SUA IMPLEMENTAÇÃO</b>	<b>12</b>
4.1 Entendendo o PEAC-RS de acordo com a Lei nº 12.865	12
4.2 O PEAC-RS no Instituto Padre Francisco Garcia	16
<b>5 - EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA</b>	<b>22</b>
<b>6 - ANÁLISE DO PEAC-RS NO INSTITUTO PADRE FRANCISCO GARCIA A LUZ DO PRIMEIRO EIXO - EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA</b>	<b>26</b>
<b>7 - RECOMENDAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO</b>	<b>29</b>
<b>8 - REFERÊNCIAS</b>	<b>31</b>
<b>9 - ANEXOS</b>	<b>33</b>

## **RESUMO**

O PEAC é uma política pública estadual, criada em 2007, que abre o espaço da escola aos finais de semana para a realização de oficinas e atividades que visem a construção da cidadania, da cultura, o protagonismo juvenil e a diminuição da violência por meio de uma cultura de paz. Através desta pesquisa, aplicada no Instituto Padre Francisco Garcia, constata-se que não apresenta uma oficina com conteúdo específico voltado à educação para a cidadania, o qual contempla o 1º eixo norteador do PEAC/RS, e dessa forma, não contribui plenamente para a formação de cidadãos ativos e sofisticados. Para solucionar o problema de pesquisa é recomendada a implementação das oficinas de educação para a cidadania, como forma de abordar essas temáticas de forma teórica e prática, utilizando metodologias de ensino que sejam atrativas aos jovens de 14 a 18 anos, público alvo das oficinas. Diante disso, o produto técnico que deriva desse relatório se dá por meio de uma cartilha de formação para implementação dessas oficinas, voltada aos professores e/ouicineiros.

**Palavras-chave: Educação para cidadania; política pública; democracia**

## **RESUMEN**

El PEAC es una política pública estatal, creada en 2007, que abre el espacio escolar los fines de semana para talleres y actividades encaminadas a la construcción de ciudadanía, cultura, protagonismo juvenil y reducción de la violencia a través de una cultura de paz. A través de esta investigación, aplicada en el Instituto Padre Francisco García, se evidencia que no presenta un taller con contenido específico dirigido a la educación para la ciudadanía, que contemple el 1er eje rector del PEAC/RS, y, por lo tanto, no contribuya plenamente a la formación de ciudadanos activos y sofisticados. Para dar solución al problema de investigación, se recomienda la implementación de talleres de educación ciudadana, como una forma de abordar estos temas de forma teórica y práctica, utilizando metodologías de enseñanza que sean atractivas para los jóvenes de 14 a 18 años, público objetivo de los talleres. En vista de ello, el producto técnico que se deriva de este informe toma la forma de un cuadernillo formativo para la realización de estos talleres, dirigido a docentes y/o talleristas.

**Palabras-clave:: Educación para la ciudadanía; política pública; democracia**

## 1 - FICHA DE ANÁLISE

**NOME DO ANALISTA:** Fernanda Weirich

**DATA DE INÍCIO DO RELATÓRIO TÉCNICO:** 03/2022

**DATA DE CONCLUSÃO DO R. T.:** 12/22

**DESTINATÁRIO:** Instituto Padre Francisco Garcia - PFG e Universidade Federal do Pampa - Unipampa campus São Borja.

### SÍNTESE DA POLÍTICA PÚBLICA A SER IMPLEMENTADA

No ano de 2003 o Governo do estado do Rio Grande do Sul constituiu uma política de fomento à participação social e da cidadania dentro das escolas estaduais visando a diminuição dos índices de violência juvenil, que em 2007 se tornou uma política pública<sup>1</sup> por meio da lei nº 12.865/2007 e um ano depois foi regulamentada pelo decreto nº 45.464/2008. O objetivo geral do PEAC-RS é oferecer ao jovem que está em situação de vulnerabilidade social um espaço público e de qualidade onde ele possa estar desenvolvendo atividades de lazer, cultura, educação e esporte. Ainda que o foco do programa esteja na diminuição da violência e do desenvolvimento de uma cultura de paz<sup>2</sup>, a própria legislação do PEAC-RS estabelece objetivos em relação à formação da cidadania<sup>3</sup>.

O PEAC-RS também objetiva resgatar os valores democráticos e estabelecer uma

---

<sup>1</sup> As definições de política pública são amplas, embora muitos autores tragam uma conceituação, no geral, está sempre ligado a uma ação (ou inação) de um ator político/social visando um problema público. Para Howlett et al (2013, p.5) política pública “trata fundamentalmente de atores cercados por restrições que tentam compatibilizar objetivos políticos (*policy goals*) com meios políticos (*policy means*), num processo que pode ser categorizado como “resolução de problemas”.

<sup>2</sup> Segundo Moreira e Branco (2012, p. 162) a cultura de paz “implica que os conflitos e divergências necessários ao jogo democrático ocorram mediante negociações construtivas, impedindo assim conflitos violentos, os quais devem ser evitados e resolvidos de forma eficaz, porém, alternativa. Está, assim, diretamente relacionada com a cidadania”.

<sup>3</sup> Por ser um conceito polissêmico, e passível de diversas interpretações, se faz necessário definir o conceito de cidadania ao qual esse trabalho se refere. Trata-se do conceito estreitamente ligado à participação política (formal e informal), que também está ligado ao conceito de cultura política (*civic culture* - Almond e Verba, 1963). Para Barreto (1993, p. 35) “A cidadania moderna caracterizou-se, no processo de sua formação, por exigir a participação dos segmentos sociais na sua definição e implementação. Os mecanismos constitucionais, que definem a cidadania no estado democrático de direito têm implícita a participação como condição política para sua implementação”.



cultura de paz baseada nos direitos humanos<sup>4</sup>, individuais e coletivos, na solidariedade e na justiça social. (UNESCO, 2006). Na definição da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul o Programa Escola Aberta para a Cidadania "constitui-se como uma política de fomento ao fortalecimento da participação social e democrática do cidadão" (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, n.p)

---

<sup>4</sup> Trata-se de "direitos naturais, porque dizem respeito à dignidade da natureza humana. São naturais, também, porque existem antes de qualquer lei, e não precisam estar especificados numa lei, para serem exigidos, reconhecidos, protegidos e promovidos" (BENEVIDES, 2004, p. 5).

## 2 - RESUMO EXECUTIVO

O Programa Escola Aberta para a Cidadania, uma política pública do governo do estado do Rio Grande do Sul, criada em 2007, abre o espaço da escola aos finais de semana para a realização de oficinas e atividades que visem a construção da cidadania, da cultura, o protagonismo juvenil e a diminuição da violência por meio de uma cultura de paz. Através da pesquisa aplicada no Instituto Padre Francisco Garcia, descrita neste relatório, constata-se que não apresenta uma oficina com conteúdo específico voltado à educação para a cidadania, o qual contempla o 1º eixo norteador do PEAC/RS, e dessa forma, não contribui plenamente para a formação de cidadãos ativos e sofisticados<sup>5</sup> (SCHMIDT, 2001).

A fim de solucionar o problema, que é apresentado de forma mais detalhada nos capítulos que seguem, é recomendada a implementação<sup>6</sup> das oficinas de educação para a cidadania, como forma de abordar essas temáticas de forma teórica e prática, utilizando metodologias de ensino que sejam atrativas aos jovens de 14 a 18 anos, público alvo das oficinas. A partir dos relatos das entrevistadas, percebeu-se que o principal empecilho para tal feito era a necessidade de uma capacitação teórica com vistas à implementação. Diante disso, o produto técnico que deriva desse relatório se dá por meio de uma cartilha de formação para implementação dessas oficinas, voltada aos professores e/ouicineiros.

O conteúdo da cartilha possui linguagem adequada ao público alvo (professores eicineiros), de fácil compreensão e com diversos indicadores de onde encontrar mais informações sobre as temáticas apontadas como necessárias pelas entrevistadas<sup>7</sup>. Além disso, a cartilha também fornece um passo a passo para a implementação, com regras e diretrizes definidas, bem como os planos de aula com os conteúdos programados para as dez primeiras oficinas.

---

<sup>5</sup> Aquele cidadão “que se interessa por política, que procura informação, que é participativo e cioso dos seus direitos” (SCHMIDT, 2001, p.38).

<sup>6</sup> “fase do ‘*policy cycle*’ cuja encomenda de ação é estipulada na fase precedente à formulação das políticas e a qual, por sua vez, produz do mesmo modo determinados resultados e impactos de ‘*policy*’” (FREY, 2009, p.228)

<sup>7</sup> Foram entrevistadas a coordenadora do PEAC no Instituto e a diretora do mesmo.

### **3 - INFORMAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO TÉCNICO**

#### **3.1 Objetivos do relatório**

Uma vez que constatado, através de um levantamento inicial<sup>8</sup>, que o Instituto Padre Francisco Garcia não possui nenhuma oficina relacionada aos conteúdos de educação para a cidadania<sup>9</sup>, bem como o interesse em implementar na escola, o objetivo do relatório é o seguinte:

- Auxiliar o Instituto Padre Francisco Garcia a implementar a oficina de educação para a cidadania, conforme os objetivos da Lei nº 12.865 que institui o Programa Escola Aberta para a Cidadania.

#### **3.2. Origem da estrutura do relatório**

O relatório foi construído com base no modelo apresentado por Secchi (2016) e no conteúdo sobre implementação apresentado por Secchi (2014). O modelo, construído pelo orientador Azevedo (2022), está ainda em fase de elaboração (no prelo), e foi adaptado considerando alguns ajustes necessários para melhor compreensão da política pública apresentada. Para Secchi (2016) o relatório deve ser conciso, prático, buscando sempre a facilitação da implementação da política pública, sempre considerando o público alvo do relatório, ou seja, aqueles a quem o mesmo se endereça. Por isso, a linguagem deve ser adaptada de acordo com o destinatário, para que facilite a compreensão dos implementadores da política pública.

Se tratando de um relatório construído como um trabalho final do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, é necessário então que esse modelo seja adaptado para comportar os requisitos exigidos pela universidade, tornando-o assim um trabalho híbrido: que na sua categoria de relatório técnico, com as adaptações necessárias para uma implementação, e não mais para uma análise, como é no original, apresenta a implementação, e por outro lado, incorpora também as normas técnicas de um trabalho acadêmico.

---

<sup>8</sup> Inicialmente foi realizado um contato prévio com a escola, a fim de verificar o funcionamento do PEAC na escola devido a pandemia de Covid-19. Uma vez que constatamos que o programa estava ativo, ainda que de forma remota, verificamos as oficinas ativas, confirmando que não haviam oficinas ligadas à educação para a cidadania.

<sup>9</sup> O conteúdo de educação para a cidadania que se refere este relatório é aquele voltado para a formação do indivíduo e o exercício da cidadania.

Nesse sentido, a estrutura do relatório técnico apresenta também um aporte teórico, para contextualizar a pesquisa em política pública, o que normalmente não aparece em um modelo de relatório técnico profissional. Já nos anexos do trabalho se encontra um produto técnico, exclusivamente direcionado aos professores/oficineiros responsáveis pelo PEAC-RS no Instituto Padre Francisco Garcia, que serão os implementadores das recomendações aqui sugeridas, voltadas para a implementação do 1º eixo da referida política pública.

### **3.3 Metodologia**

#### **3.3.1 Metodologia do relatório**

A metodologia de pesquisa utilizada na coleta dos dados foi qualitativa, pois trata-se de dados não quantificáveis, coletados a partir dos relatos das professoras do Instituto Padre Francisco García. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semi-estruturada, e nos anexos do relatório se encontra o roteiro da entrevista.

A pesquisa a seguir, parte da Lei Estadual nº 12.865/2007, que institui a política pública “Programa Escola Aberta Para a Cidadania no Rio Grande do Sul - PEAC-RS”, com o recorte de pesquisa ajustado apenas para o município de São Borja. Não há a intenção de analisar a implementação da política pública na sua totalidade, restringindo-se apenas à implementação relacionada ao 1º eixo norteador do PEAC/RS. Desta forma, o foco da análise, presente neste relatório, e da elaboração da cartilha está em auxiliar a escola a cumprir tal objetivo do 1º eixo norteador. Para que a cartilha, produto técnico que deriva deste relatório, atenda às necessidades da escola é necessário que se faça um diagnóstico<sup>10</sup> da realidade, a fim de conhecer as particularidades da localidade.

No que se refere metodologia que norteou a aplicação da pesquisa, foi utilizada a metodologia da pesquisa-ação educacional, visto que trata-se de “uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos” (TRIPP, 2005, p.445). Sendo assim, se encaixa com os objetivos propostos nesse projeto, e possibilita ferramentas amplamente utilizadas nas ciências sociais para alcançá-los.

---

<sup>10</sup> “As transformações propiciadas pelas políticas públicas só serão possíveis se os agentes demonstrarem capacidade não só para diagnosticar e analisar a realidade social, econômica e política em que vivem, mas também para interagir e negociar de forma democrática com os diferentes atores envolvidos no processo” (DIAS, 2002. p. 63).

Tal metodologia surge no âmago das ciências sociais e humanas, com forte crítica ao positivismo, trazendo “uma forma de questionamento, (auto)reflexão e ação sustentada na resolução dos problemas na prática docente” (MALLMANN, 2015, p.79). A pesquisa-ação busca intervir na realidade, usando métodos e ferramentas de pesquisa que diminuam a distância entre teoria e prática, visando a melhoria ou a resolução de um problema (ENGEL, 2000).

A pesquisa-ação “é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática” (TRIPP, 2005, p.447). Portanto, entende-se como a combinação da teoria e da prática, usando da coletividade, pois envolve tanto o pesquisador como o objeto de pesquisa na ação e implementação das melhorias. Assim como afirma Tripp (2005, p.448), “a pesquisa-ação é participativa na medida em que inclui todos os que, de um modo ou outro, estão envolvidos nela e é colaborativa em seu modo de trabalhar”.

Assim como na área de políticas públicas, a pesquisa-ação também pode ser interpretada por meio de fases de um ciclo. De acordo com Mallmann (2015, p.79) a pesquisa-ação se apresenta como “uma estrutura de etapas ordenada numa espiral cíclica ascendente de ação-reflexão-ação, que se organiza em quatro momentos sucessivos: planejamento, ação, observação e reflexão”.

Tripp (2005) também apresenta um esquema de processo, em forma de sumário<sup>11</sup>, no qual é possível perceber as mesmas quatro fases da pesquisa, porém denominadas de forma diferente. Em síntese, para Tripp (2005) a pesquisa ação é composta pelas fases: 1- reconhecimento (pesquisa de campo e revisão da literatura); 2- planejamento; 3- Implementação; e 4- avaliação.

Baseado nos dois modelos de ciclo apresentados aqui, de Mallmann (2015) e Tripp (2005), no quadro 1 apresenta-se um esquema com tópicos, para facilitar a compreensão, com os processos que foram desenvolvidos nesta pesquisa.

---

<sup>11</sup> O sumário na íntegra pode ser encontrado em TRIPP (2005, p.461)

### Quadro 1: Fases da pesquisa

<b>Fase 1: Reconhecimento (diagnóstico)</b>	
<b>1.1</b>	Aproximação com o objeto de pesquisa (compreensão da lei nº12.865 e contato com o Instituto Padre Francisco Garcia - PFG).
<b>1.2</b>	Compreender e descrever o funcionamento do PEAC-RS no PFG combinando teoria e prática (funcionamento do PEAC-RS segundo a legislação e na prática do Instituto).
<b>Fase 2: Planejamento e ação (pesquisa de campo)</b>	
<b>2.1</b>	Construção dos instrumentos de coleta de dados (roteiro de entrevista);
<b>2.2</b>	Aplicação dos instrumentos de coleta.
<b>Fase 3: Observação e análise dos dados</b>	
<b>3.1:</b>	Tabulação dos dados (elaboração do relatório);
<b>3.2</b>	Construção da cartilha.
<b>Fase 4: Implementação</b>	
<b>4.1</b>	Entrega das cartilhas aos responsáveis pelo PEAC-RS no Instituto Padre Francisco Garcia.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de TRIPP(2005) e MALLMANN (2015).

A fase da avaliação foi descartada nesta pesquisa, visto que não haveria tempo hábil para que se realize uma avaliação dos dados que seja confiável. Para que se possa afirmar que as oficinas de educação para a cidadania, uma vez criadas e em funcionamento na escola, surtiram efeito na realidade escolar seria necessário o acompanhamento dos dados após a implementação, o que se pretende com pesquisas futuras. Nesse sentido, a cada ano de funcionamento da oficina seria possível coletar dados que consigam medir o impacto da oficina na realidade escolar, no conhecimento dos jovens sobre o assunto e no seu engajamento político ao longo dos anos. Visto que é uma tarefa árdua, complexa e demanda de um tempo maior que o disponível para esta pesquisa, a etapa da avaliação foi posta de lado.

Para além de apenas criar e implementar as oficinas de educação para a cidadania nas escolas, o presente relatório, e seu subproduto (cartilha), também ambiciona fornecer aos responsáveis pelas mesmas uma didática diferente, que torne as temáticas debatidas mais atrativas para os jovens e para a comunidade escolar. Criar dinâmicas, jogos, e atividades que fomentem o engajamento e discuta temáticas relevantes para o convívio social e o sistema político é a forma mais atrativa de desenvolver as oficinas e engajar o público que a frequenta.

### 3.3.2 Metodologia da cartilha

A cartilha foi elaborada com base nas informações coletadas durante as entrevistas, a fim de que seu conteúdo seja totalmente adaptado à realidade do Instituto Padre Francisco Garcia e às necessidades pontuadas durante as entrevistas. Para isso, foi preciso considerar também a faixa etária do público alvo das oficinas, ainda que o público alvo da cartilha seja outro. Ou seja, os professores/oficineiros são o público alvo, pois a cartilha busca a capacitação dos mesmos. No entanto, o conteúdo da cartilha tem que ser replicável em sala de aula, por isso a linguagem também tem que ser acessível ao público das oficinas.

Nesse sentido, a primeira parte da cartilha busca um diálogo direto com os implementadores das oficinas, apresentando o conceito de educação para a cidadania, o PEAC-RS e os procedimentos metodológicos recomendados para implementação das oficinas. Ela busca situar o implementador, fornecendo informações gerais.

A segunda parte da cartilha aborda as temáticas, as quais foram elencadas em ordem de importância pelas entrevistadas, formando assim um roteiro com o passo a passo da implementação das oficinas, com a apresentação teórica de conteúdos e a sugestão de dinâmicas e jogos que complementam o assunto. Na redação desse passo a passo, a conversa é direta com o implementador, descrevendo não só o conteúdo que deve ser explicado, como também a forma de fazê-lo. As frases escritas entre parênteses indicam as instruções diretas ao implementador.

Uma das fontes mais utilizadas na construção da estrutura da cartilha, bem como seus conteúdos, foi o Politize<sup>12</sup>. Considerando que o conteúdo das oficinas precisa ser de fácil compreensão, descomplicado e com linguagem acessível, os conteúdos do Politize, que já são voltados ao público jovem, servem como norte para a aplicação das oficinas de educação para a cidadania no Instituto Padre Francisco Garcia - PFG. Quanto às dinâmicas, algumas são jogos online, outras são dinâmicas elaboradas pela própria autora do relatório e da cartilha, baseada em sua experiência anterior em sala de aula no PFG.

---

<sup>12</sup> Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, de direito privado, fundada em 2015, com foco na educação para a cidadania e transformação da cultura política do Brasil. No site do Politize estão disponíveis diversos materiais informativos, cursos, ebooks, dentre outros conteúdos que foram fundamentais para a construção da cartilha, visto que a linguagem desses conteúdos é acessível, já adaptada ao público mais jovem. Link de acesso ao site do Politize: <https://www.politize.com.br/>

## **4 - PROGRAMA ESCOLA ABERTA PARA A CIDADANIA E SUA IMPLEMENTAÇÃO**

### **4.1 Entendendo o PEAC-RS de acordo com a Lei nº 12.865**

O Programa Escola Aberta Para a Cidadania - PEAC-RS surgiu em 2003, a partir de uma parceria do Governo do estado do Rio Grande do Sul com a UNESCO. O PEAC-RS é um desmembramento de um programa maior, também em parceria com a UNESCO, chamado “Abrindo Espaços - Educação e Cultura para a Paz”. Trata-se, então, de uma política do governo do estado, abrangida pela grande área da educação, que apesar de ter iniciado no ano de 2003, só é instituída como política pública no ano de 2007, através da Lei nº 12.865 e regulamentada por meio do Decreto nº 45.464/2008.

A ideia do programa nasce a partir da observação de um modelo de programa implementado no estado de Pernambuco, com a ideia de proporcionar atividades extracurriculares aos jovens de comunidades em situação de vulnerabilidade social. Tais atividades buscam fomentar valores fundamentais na construção de uma cultura de paz, um maior protagonismo juvenil e o pleno desenvolvimento da cidadania. Importante salientar que mesmo sendo uma política voltada preferencialmente para jovens com idade entre 12 e 24 anos, o PEAC-RS também fomenta atividades voltadas para a comunidade do entorno da escola no geral.

De acordo com o relatório da UNESCO:

O Programa é operacionalizado por meio de iniciativa aparentemente simples: trata-se da abertura das escolas públicas nos finais de semana, oferecendo aos jovens e suas famílias - que se encontram em situação de vulnerabilidade ao viver em comunidades marcadas pelo processo de exclusão social - atividades de educação para a cidadania, formação profissional, aprimoramento educacional, lazer, esporte, atividades de convivência, de sociabilidade e outras de cunho artístico-culturais (UNESCO, 2006, p. 20)

O objetivo geral do PEAC-RS é oferecer ao jovem que está em situação de vulnerabilidade social um espaço público e de qualidade onde ele possa estar desenvolvendo atividades de lazer, cultura, educação e esporte. Ainda que o foco do programa esteja na diminuição da violência e do desenvolvimento de uma cultura de paz, a própria legislação do PEAC-RS estabelece objetivos em relação à formação da cidadania. De acordo com o descrito pelo Artigo 1º da Lei 12.865, que institui o PEAC-RS:

O PEAC/RS tem por objetivo a promoção de uma cultura de paz na rede pública de ensino do Rio Grande do Sul com a abertura das escolas nos finais de semana



e o desenvolvimento de atividades socioculturais e esportivas que priorizem o protagonismo juvenil, a integração da família dos alunos e a comunidade, buscando a redução dos índices de violência e promovendo a construção da cidadania na sociedade gaúcha (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p.1).

Como já citado anteriormente, a construção da cidadania não é um objetivo único proposto pelo PEAC-RS, no entanto ela está diretamente ligada ao desenvolvimento de todos os demais objetivos. O PEAC-RS busca atingir os objetivos propostos por meio da educação e do fortalecimento da cidadania, que por sua vez também auxilia de forma muito positiva na construção de uma cultura democrática e participativa<sup>13</sup>. As atividades do programa:

[...] são desenvolvidas de forma que seus objetivos sejam compreendidos, refletidos e desenvolvidos na prática, tendo como premissa básica a consolidação de valores permanentes, o desenvolvimento de atitudes e a construção da paz, alicerçados nos quatro pilares do conhecimento propostos pelo Relatório Delors<sup>14</sup>: “Aprender a Conhecer”, “Aprender a Fazer”, “Aprender a Viver Juntos” e “Aprender a Ser”. Nessa perspectiva, a promoção da cultura de paz passa, obrigatoriamente, pela educação, na busca do exercício pleno da cidadania e em uma prática participativa, dialógica e democrática, transformando, assim, os sujeitos envolvidos em agentes da sua própria história e da sua comunidade (UNESCO, 2006, p. 46).

O artigo 2º da lei explicita quais são os eixos norteadores da política pública, que servem como base para direcionar a implementação, uma vez que é discricionária, ou seja, sua implementação se encaixa no modelo gerencial<sup>15</sup>, com alta flexibilização, e liberdade de escolha na hora de implementação por parte dos atores de implementação (SECCHI, 2016). Nesse sentido, a coordenação do PEAC-RS na escola tem liberdade<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> “aquela que é capaz de incentivar que indivíduos que estão em processo de formação educacional sejam incentivados a pensarem por si mesmos, o que não se faz sem incentivos claros à autonomia, ao desenvolvimento humano e ao esclarecimento. Pensar a si significa também tomar consciência de si, este que parece ser o primeiro passo para se responsabilizar pelo outro, na medida em que *ego* e *alter* são inseparáveis na constituição dos processos sociais. A prática da liberdade se exerce com incentivos claros ao desenvolvimento de habilidades e competências capazes de forjar a consciência crítica, participativa, tolerante, o que não se faz sem uma consciência sobre a importância das práticas comunicativas e dialógicas” (BITTAR, 2008, p.81 e 82).

<sup>14</sup> Relatório Delors: Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, elaborado no ano de 1996 para a UNESCO. Especialistas em educação de várias nacionalidades apontam diretrizes para a educação mundial.

<sup>15</sup> “No modelo gerencial, a discricionabilidade do burocrata é vista como necessária para aumentar a eficácia da ação pública. No modelo gerencial, os burocratas são vistos como detentores de alguns recursos importantes que possibilitam o aumento da eficácia das políticas públicas. Em primeiro lugar são detentores de conhecimento técnico sobre o serviço que prestam. [...] Em segundo lugar, são os burocratas que têm o privilégio de estar mais próximos dos destinatários das políticas públicas, e podem, assim, entender melhor seus comportamentos e suas necessidades. Em terceiro lugar, os burocratas conhecem o funcionamento da máquina estatal melhor que os políticos ou as chefias designadas, podendo, dessa forma, desviar de obstáculos práticos na implementação das políticas públicas”. (SECCHI, 2016, p.105 e 106).

<sup>16</sup> O Art. 4º da Lei nº12.865 deixa clara a responsabilidade da escola e do CPM (Conselho de pais e mestres) na execução do PEAC, seguindo a legislação vigente. No entanto, a legislação apenas apresenta

de decidir sobre a escolha das oficinas, horários, formas de desenvolvê-las e suas temáticas, e usam como direcionamento os eixos norteadores descritos no Art.2º: “I - Construção da cidadania; II - Democratização do espaço público; III- Protagonismo positivo, com ênfase no juvenil; IV - Escola como pólo irradiador de cultura; e V - Construção da cultura de paz” (RIO GRANDE DO SUL, 2007, p.1).

Cada escola escolhe participar do programa, no entanto para que seja apta a aderir o PEAC-RS ela precisa cumprir alguns critérios, conforme previstos na lei, em seu artigo 3º: a escola deve ser da rede estadual de ensino, preferencialmente situadas em áreas de vulnerabilidade social, assinar um termo próprio, oferecer fundamental completo e/ou ensino médio, e possuir no mínimo 200 matrículas na escola. A adesão está também sujeita às possibilidades financeiras do estado. É a Coordenadoria Regional de Educação que comanda o processo de adesão ao programa, bem como de inclusão, permanência e exclusão também está sob sua responsabilidade.

Sobre os atores envolvidos<sup>17</sup> na política pública, os art. 6º, 7º e 8º descrevem as funções que competem a cada um. Por ser uma política do governo do estado, a Secretaria da Educação é a responsável pelo programa, e a ela compete a capacitação dos recursos humanos, fazer a avaliação<sup>18</sup> do programa e os resultados obtidos a cada final de período, e manifestar-se sobre a inclusão e exclusão das escolas do mesmo. Ainda na esfera do estado, o PEAC possui uma Equipe Central vinculada aos Departamentos de Coordenação das Regionais - DCR, que é responsável pela gestão e coordenação do PEAC.

Já a implementação do programa está a cargo da escola, na figura dos burocratas de rua (SECCHI, 2016), ou seja, aqueles que lidam diretamente com os destinatários da política pública, sendo esses a direção da escola, o coordenador da PEAC na escola, monitores e oficineiros voluntários. Ao coordenador compete as funções de: “planejamento, execução, controle e avaliação das atividades desenvolvidas no âmbito do programa” (RIO GRANDE DO SUL, 2007, Art. 6º inciso III). Aos monitores competem as funções de abertura e fechamento da escola e acompanhamento das atividades que são desenvolvidas, e os oficineiros têm a função de executar as oficinas de forma constante.

---

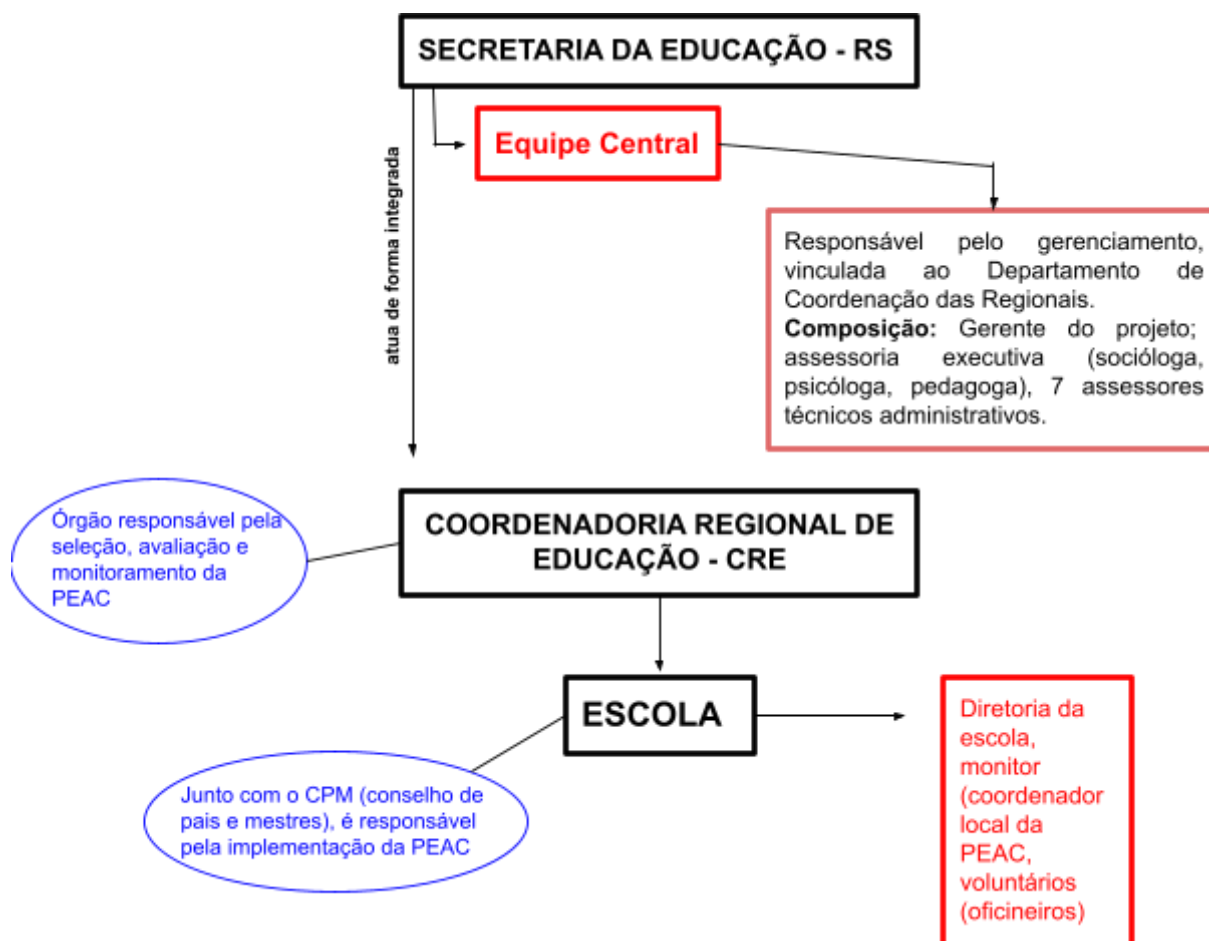
diretrizes, objetivos e alguns nortes sobre o PEAC, não explicitando regras objetivas de implementação ou desenvolvimento das oficinas.

<sup>17</sup> “indivíduos, grupos ou organizações que desempenham um papel na arena política. Os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles que têm capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública” (SECCHI, 2014, p.99).

<sup>18</sup> Nesse sentido, trata-se da avaliação *in itinere* ou monitoramento, feita durante a implementação da política. Para Secchi (2014, p.62) “ocorre durante o processo de implementação para fins de ajustes imediatos”.

Na figura abaixo é possível visualizar os atores envolvidos na implementação do programa, bem como a forma como se relacionam:

**Figura 1:** Atores envolvidos da implementação do PEAC-RS



Fonte: Elaborado pela autora a partir de UNESCO (2006)

Além dos atores de implementação citados, a lei permite ainda que se estabeleçam parcerias com entidades ou organizações não governamentais (ONGs), a fim de atingir os objetivos e metas. Nesse sentido, se a escola desejar estabelecer uma parceria com alguma entidade que, de forma voluntária, queira ofertar oficinas, a legislação oferece essa opção, mediante instrumentos específicos previstos na lei vigente.

Em relação ao orçamento do PEAC a legislação é vaga e bem rasa, não há uma descrição clara de valores, ou a destinação dos mesmos. o Art. 9º apenas esclarece que as despesas do programa possuem dotação orçamentária própria. Já no Art. 6º §2º a legislação estabelece uma gratificação especial para ser acrescentada ao salário do coordenador do PEAC, que precisa ser membro do magistério público estadual, sendo assim acrescentado ao seu salário o valor de R\$250,00 reais. No site oficial da Secretaria

de Educação do Rio Grande do Sul, em uma página<sup>19</sup> dedicada somente ao PEAC-RS, explica-se que o orçamento é proveniente de “recursos do Governo Estadual, mediante celebração de Termo de Colaboração com os Círculos de Pais e Mestres (CPMs) das escolas.”

#### 4.2 O PEAC-RS no Instituto Padre Francisco Garcia

O PEAC-RS está ativo no Instituto Padre Francisco Garcia desde 2012, mesmo ano em que a escola passou a ser classificada como Instituto, modificando a grade curricular e passando a ter horário integral. De acordo com o Censo escolar de 2021<sup>20</sup> a escola possui 335 matrículas e 17 professores. Na classificação NSE<sup>21</sup> a escola está no nível NSE4<sup>22</sup>, e em relação às taxas do IDEB a escola não atinge o nível projetado desde 2013 nos anos iniciais, e nos anos finais desde 2011.

A filosofia da escola vai ao encontro do que está proposto na legislação do PEAC-RS, quando diz “Educar para o aprender, o saber, o ser, o conviver, o respeito às diversidades e o exercício da cidadania”. Na imagem abaixo está a fotografia do quadro localizado nas dependências da escola:

---

<sup>19</sup> Página oficial do PEAC-RS: <https://educacao.rs.gov.br/escola-aberta-para-a-cidadania>

<sup>20</sup> Mais informações no site: <https://novo.qedu.org.br/escola/43132545-inst-estadual-padre-francisco-garcia>

<sup>21</sup> “O nível socioeconômico (NSE) sintetiza as características dos indivíduos em relação à sua renda, ocupação e escolaridade, permitindo fazer análises de classes de indivíduos semelhantes em relação a estas características” (QEDU, 2022).

<sup>22</sup> “Neste nível, os estudantes estão até meio desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. Considerando a maioria dos estudantes, a mãe/responsável e o pai/responsável têm o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo. A maioria possui uma geladeira, um ou dois quartos, um banheiro, wi-fi, máquina de lavar roupas e freezer, mas não possui aspirador de pó. Parte dos estudantes deste nível passa a ter também computador, carro, mesa de estudos, garagem, forno de micro-ondas e uma ou duas televisões” (QEDU, 2022).

**Imagem 1:** Fotografia do quadro com a filosofia da escola

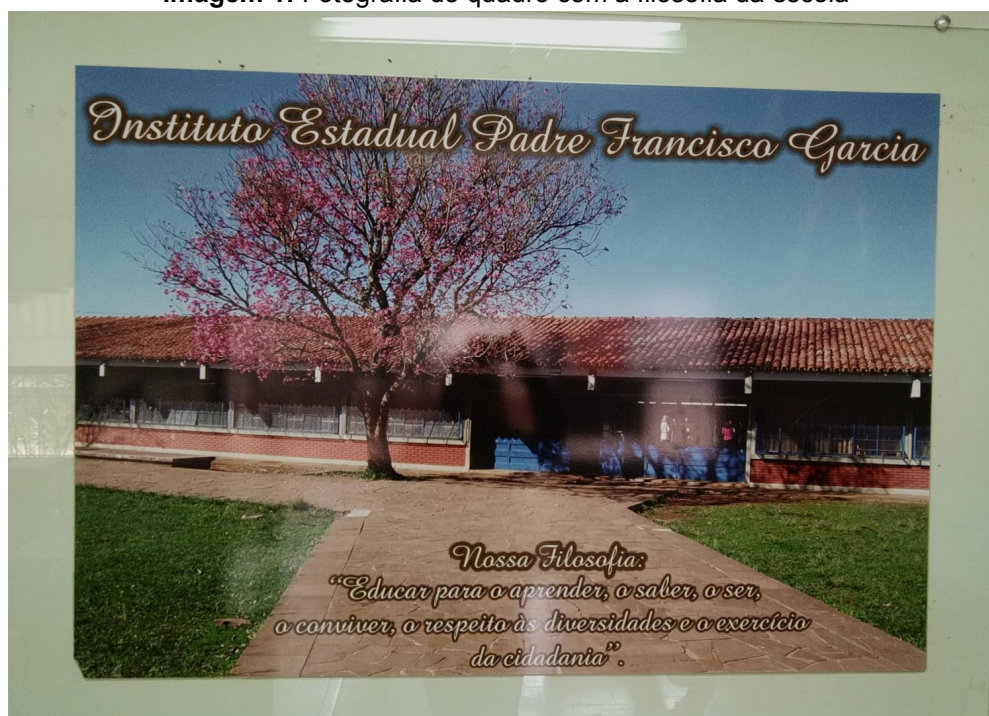


Foto: Fernanda Weirich

Em relação aos atores de implementação, conforme apresentados no item acima, no Instituto Padre Francisco Garcia, as responsáveis pela implementação e coordenação do PEAC são a diretora da escola, Fabiane Martins Fontes, e a professora coordenadora Iara Cristina Dalenogare Castro. Ambas foram entrevistadas na fase de coleta de dados, e também autorizaram, mediante termo assinado, o uso dos dados fornecidos, bem como seus nomes e falas gravadas na entrevista.

As atividades podem variar de acordo com osicineiros e voluntários que a escola possui para realizar as oficinas, e fica a critério da escola também decidir como e quais serão as oficinas aplicadas, desde que estas estejam voltadas para os objetivos propostos pelo PEAC-RS. Nesse sentido, os implementadores têm certo nível de discricionariedade para desenvolver as atividades do programa de acordo com as necessidades encontradas na comunidade escolar local, o que caracteriza sua natureza descentralizadora.

De acordo com informações fornecidas pela diretora e pela coordenadora do PEAC na escola, o programa funciona na escola aos sábados e domingos, das 14h às 18h, de forma aberta a toda comunidade, com a maioria das oficinas sem necessidade de inscrição prévia. Aos sábados acontecem as oficinas de Taekwondo, futsal feminino e apoio pedagógico. Nos domingos são ofertadas as oficinas de futsal masculino, informática e artesanato. A professora Iara, coordenadora do PEAC na escola, é

responsável pelo monitoramento das oficinas e pelo direcionamento dos alunos e da comunidade escolar para as salas onde ocorrem. Segundo relato da diretora:

[...] nós temos a monitora que é a professora lara, daí ela vai nas oficinas, vê se precisa de alguma coisa, anda pelo pátio, porque tem alunos que às vezes ficam pelo pátio, até direcionar pras oficinas. E a gente já deixa bem claro que os alunos que vem, as pessoas que vem, também participam as mães né, principalmente no domingo que tem o artesanato, quando eles vem junto que eles escolham a oficina e fiquem na oficina, a gente não deixa pelo pátio. Eles tinham noção assim que eles poderiam estar no pátio sabe, caminhando, ficar livre na escola, e não. Então a gente já coloca pras oficinas (DIRETORA DO PFG -transcrição literal da entrevista).

Além das oficinas já listadas, a diretora também comentou que estão ocorrendo oficinas extras, como de idiomas (inglês e espanhol), eletricitista, alfabetização digital e matemática com foco voltado para concursos. Essas oficinas são projetos da escola, que foram interligados ao PEAC, e acontecem mediante inscrição do público interessado. A divulgação de todas as oficinas que ocorrem na escola é feita pelas mídias sociais: Instagram e Facebook da escola, e grupos de WhatsApp das turmas dos alunos.

Considerando que o contexto da escola é fundamental para direcionar a cartilha com as informações sobre a implementação, a opinião das entrevistadas é fundamental. Em relação à temática da educação para a cidadania, tanto a diretora como a coordenadora do PEAC acreditam que a educação para a cidadania é importante para a formação dos alunos. Nas palavras da coordenadora do PEAC:

[...] ela é bem importante né, porque ela além de ser uma orientação para os alunos, principalmente agora nesse momento de pandemia, que eles estão perdidos, na verdade todo mundo foi afetado, então é uma forma assim de eles voltarem, de eles encontrarem novamente o caminho. Então assim, uma forma de eles encontrarem um caminho, se localizarem, uma busca de um mundo melhor, uma vida melhor, uma orientação (COORDENADORA DO PEAC NO PFG -transcrição literal da entrevista)

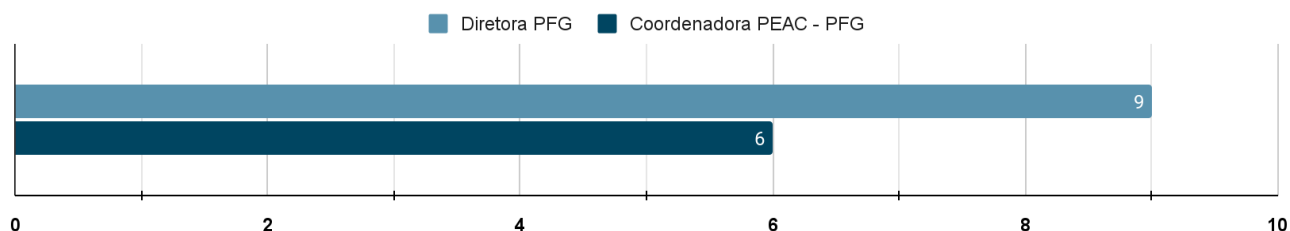
Segundo as entrevistadas da escola, há o interesse da escola em implementar a oficina de educação para a cidadania, e ambas relataram a necessidade de uma capacitação, instrução ou formação para os professores e/ouicineiros que irão implementar. Além disso, também foi relatado que não há nenhum tipo de capacitação por parte do estado ou da Coordenadoria de Educação voltada para os implementadores do PEAC na escola. Quando questionada sobre sua função na escola, a coordenadora

relatou que assumiu o cargo a cerca de 1 ano, e não recebeu nenhum tipo de treinamento ou capacitação para exercer a função. Nas palavras da diretora da escola:

Seria útil se cada oficina tivesse algum apoio assim, até mesmo do governo, da SEDUC ou da CRE, alguma formação para dar. Claro que esses oficineiros já são pessoas que atuam na área, entende? Mas mesmo assim, seria interessante dar uma formação, alguma coisa que viesse acrescentar (DIRETORA PFG - transcrição literal da entrevista)

As duas entrevistadas da escola foram questionadas sobre seu nível de conhecimento em relação aos objetivos e diretrizes propostas na Lei nº 12.865, que institui o PEAC. Em uma escala de 0 a 10 (onde 0 é nenhum e 10 é muito), elas deveriam indicar seu grau de conhecimento, conforme o gráfico abaixo demonstra:

**Gráfico 1:** Grau de conhecimento em relação ao PEAC-RS



Elaborado pela autora a partir do banco de dados

Quando questionadas sobre as possíveis dificuldades que a escola enfrentaria caso implementasse a oficina de educação para a cidadania, as entrevistadas relataram alguns pontos que podem ser empecilhos. O primeiro deles, relatado pela diretora da escola, é o problema com a conexão de internet, que não funciona em algumas salas de aula. O segundo, de acordo com a coordenadora do PEAC na escola, seria em relação ao interesse dos alunos, que se mostram mais receptivos para oficinas que possuam atividades práticas.

A escola conta com diversos recursos que podem ser utilizados na implementação das oficinas, facilitando assim o desenvolvimento de oficinas mais atrativas, que fogem do padrão de apenas aulas teóricas-expositivas. Segundo o levantamento de dados feito nas entrevistas a escola conta com sala de informática, sala de vídeo com computador e projetor; sala própria para realizar as oficinas; extenso pátio; Chromebook e notebook; sala de biologia; sala do espelho (usada na expressão artística, dança e música), sala de ginástica e ginásio. Nas palavras da coordenadora do PEAC: “Espaço e material a gente tem disponibilidade”.

Em relação aos recursos que custeiam o PEAC, são feitos repasses separados do orçamento da escola, porém os valores são de custeio de material e de alguns voluntários que recebem um valor de auxílio para pagamento de deslocamento (passagem de ônibus de linha) e alimentação. Segundo a coordenadora, nem todos os voluntários recebem esse valor, e geralmente não ultrapassam os R\$100 reais. Como disposto na lei, os voluntários não recebem salário para ministrar as oficinas. Os demais custeios, como os gastos com a estrutura (água, energia), já estão inclusos no orçamento da escola.

Considerando que as entrevistadas conhecem melhor o contexto em que a comunidade está inserida, bem como os níveis de conhecimento dos alunos, a cartilha será elaborada baseada nas temáticas que elas julgaram mais importantes para serem trabalhadas. Durante a entrevista ambas atrelaram uma importância podendo variar de 0 (não importante) a 10 (muito importante) para cada uma das temáticas listadas, conforme pode se perceber no quadro abaixo:

**Quadro 2:** Níveis de importância das temáticas segundo as entrevistadas

<b>TEMÁTICA</b>	<b>DIRETORA</b>	<b>COORDENADORA</b>
Sistema político (estrutura)	8	8
Direitos humanos, Direitos e deveres do Cidadão	10	10
Estatuto da criança e do adolescente (ECA)	10	10
Funcionamento dos serviços públicos (Saúde, educação, etc)	10	10
Democracia, sistemas de governo e eleições	10	10
História política do Brasil	7	8
Meio ambiente	10	10
Economia	10	10
Constituição Federal Brasil	9	8
Participação política	10	8

Elaborado pela autora a partir do banco de dados

Conforme o quadro aponta, algumas temáticas são unanimidade entre as duas entrevistadas como de extrema importância, ainda que todas as temáticas tenham recebido valores altos de importância, aquelas com o valor máximo receberam uma atenção especial na composição da cartilha, com mais assuntos abordados. Além das temáticas apontadas na pesquisa, as entrevistadas tinham liberdade de incluir assuntos que julgavam importantes ou que gostariam de receber mais informações sobre. Apenas



a diretora solicitou que incluísse na cartilha a temática de saúde mental, bem como as formas de acessar políticas públicas de saúde mental e auxílios para os alunos, visto que após a pandemia os problemas relacionados à temática aumentaram significativamente entre os alunos, e a escola se sente despreparada e sem apoio para lidar com o problema. Lembrando novamente que a cartilha é um material produzido para os professores eicineiros, portanto foi construída buscando sanar as dúvidas dos mesmos e muni-los de formas e didáticas diferentes para transmitir os conhecimento aos alunos.

Quando perguntadas sobre a relação entre a escola e os órgãos responsáveis pelo PEAC-RS (Secretaria da educação do RS e 35º Coordenadoria Regional de Educação), a diretora da escola explicou como funciona o controle do programa. Nas palavras da entrevistada:

Nós temos ali no portal educação, que daí a gente tem que todos os meses preencher os questionários, e enviar os relatórios, que são as fichas né, que cada vez que o aluno vem participar da oficina ele assina ali, coloca o nome, a idade, a oficina que participou. Todos esses dados a gente tem que escanear e mandar no sistema todos os meses (DIRETORA PFG - transcrição literal da entrevista).

Já na fala da coordenadora do PEAC aparece uma relação diferente. Ela afirma que o contato com os órgãos responsáveis é feito apenas com a diretora, e repassado a ela as informações. Nesse sentido, não há contato direto com a responsável pelo PEAC na escola, bem como não houve treinamento ou capacitação para que a professora assumisse tal função. A diretora da escola desempenha a função de mediar o contato entre a coordenadora do PEAC, e divide a função de coordenação, pois também atua na implementação do PEAC na escola.

## 5 - EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Sabe-se que boa parte da formação dos indivíduos, seja para o trabalho, para o convívio em sociedade ou para o exercício da cidadania, se dá por meio da educação. A escola é um dos três agentes socializadores que atuam na construção da cidadania e da cultura política do indivíduo, juntamente com a família e a mídia (SCHMIDT, 2001; SILVEIRA E AMORIN, 2005). A socialização política, que inicia já nos primeiros anos de vida, é uma das grandes responsáveis pela formação do indivíduo para o convívio em sociedade e a para o exercício da cidadania (SCHMIDT, 2001).

De acordo com Lamóglia e Boneti (2018, p.59):

considera-se a educação como sendo uma estratégia de formação de pessoas para o exercício da cidadania e que contribua para a qualificação para o trabalho, proporcionando uma formação que desperte tanto a criticidade e promova a autonomia, quanto a consciência de seus direitos e deveres civis, sociais, políticos e planetários. É um preparo que considera uma formação profissional, mas tendo por base a formação para o exercício da cidadania

Como já anteriormente citado, um dos fundamentos da educação é o preparo do indivíduo para pleno exercício da cidadania. A educação escolar é a continuação da socialização que já ocorre no âmbito da família, no entanto mais voltada para o sistema, ou seja, busca estabelecer regras de convívio e os conhecimentos básicos para que o indivíduo faça parte do sistema social, político e econômico (SCHMIDT, 2001).

Segundo Vasconcelos (2007. p.111) “a escola fornece um horizonte mais amplo no qual a criança ou o jovem inscrevem as suas vidas. Daí a importância de uma educação da responsabilidade e do compromisso e, decorrentemente, a necessidade do compromisso social.” A autora afirma ainda que “o papel da escola pública parece-nos de crucial importância na educação para a cidadania: é que a escola pública, por definição, acolhe todos, é parte integrante da vida da cidade democrática” (VASCONCELOS, 2007, p.111).

Vale ressaltar que a educação para a cidadania não está atrelada a uma doutrinação ideológica, mas justamente o contrário: ela visa capacitar o indivíduo para compreender e refletir sobre o sistema político e social a partir dos conhecimentos adquiridos e suas vivências. Trata-se então de um instrumento de capacitação do indivíduo para o exercício pleno da cidadania, que fomenta o desenvolvimento de “cidadãos sofisticados” (SCHMIDT, 2001).

É de extrema importância que as políticas públicas desenvolvidas com vistas a formação do indivíduo para a cidadania enfoquem essa construção por meio da educação, do diálogo e do incentivo à participação. Sendo assim, a educação para a cidadania deve ser entendida como:

um preparo para o mundo da vida e para uma integração saudável em sociedade. Entende-se que esta abordagem deve inspirar o objetivo central das políticas públicas educacionais que preconiza, nos termos do art.205 da Magna Carta (BRASIL, 1988), “o pleno desenvolvimento da pessoa” (LAMÓGLIA, BONETI, 2018, p.59)

De acordo com Capucha et al (2006, p.74) educação para a cidadania significa

uma educação para a responsabilidade. Isto pressupõe que nesta educação seja dada prioridade à análise de casos, à reflexão crítica, ao debate e à aquisição de competências. Não poderá ser somente “Aprender e admitir passivamente”, mas “Compreender para agir”

A educação para a cidadania está diretamente ligada ao conceito de socialização política, que por sua vez, é uma das responsáveis pela formação da cultura política e de participação do indivíduo. Por socialização política pode-se entender “o processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações” (SCHMIDT, 2001, p.67).

A família, sendo o primeiro agente socializador que a criança tem contato, é um agente importante. No entanto, para que a socialização política do indivíduo seja plena, é necessário que os demais agentes socializadores estejam atuando nessa construção, ou seja, a escola, através da educação para a cidadania, e a mídia. A partir do modelo universal de socialização, criado por David Easton e Jack Dennis (1967), Schmidt elabora uma ordem cronológica na qual a socialização ocorre:

o primeiro momento é o da *orientação para a comunidade* (dos 5 aos 12 anos, aproximadamente), o segundo é o da *orientação para o regime* (período da adolescência) e o terceiro é o da *atitude frente aos representantes políticos* (final da adolescência e começo da vida adulta) (SCHMIDT 2001, p. 116. Grifo do autor).

A orientação para comunidade considera as regras de convívio, acordadas no pacto social, como por exemplo obedecer autoridades, as legislações vigentes e os direitos humanos. Nesse caso, a família é o primeiro agente a iniciar essa socialização, mas é na escola que o indivíduo aumenta seu círculo de convívio, aprende a conviver em sociedade e a cumprir certos regramentos sociais.

A orientação para o regime está relacionada ao sistema político e social e a escola é o agente principal nessa construção. Além da educação para a cidadania, disciplinas como história, sociologia, filosofia, dentre outras que fazem parte das ciências humanas e sociais, são responsáveis por fornecer o conhecimento necessário para que o indivíduo compreenda o ambiente social e político que está inserido, e assim possa participar e opinar sobre ele.

E por fim, a orientação para as atitudes frente aos representantes políticos, ou seja, a construção de opiniões, é regida basicamente pela mídia, e utiliza dos conhecimentos adquiridos por meio dos agentes socializadores família e escola para julgar as informações que recebe, e ir moldando sua opinião política. A mídia é um agente socializador que tem ganhado um papel de destaque nos últimos anos, visto que além das formas convencionais, como a televisão e o rádio, a mídia também incorpora a internet e as redes sociais.

Mesmo que haja uma divisão de momentos, os três principais agentes de socialização atuam de forma latente e constante por toda a vida do indivíduo, ou seja, atuam na formação de opinião e na socialização política do indivíduo de forma não intencional e ao longo de toda vida. No entanto, com os avanços tecnológicos e o crescimento da era da informação e das redes sociais, esse modelo de socialização vem sofrendo algumas modificações, ou pelo menos acrescentando alguns agentes de socialização que antes não tinham tanta influência.

Alguns estudos apontam que o agente socializador que mais sofreu modificações é a mídia. Antes a mídia convencional, entendida como a televisão, jornal e rádio, assumia o terceiro lugar como agente socializador, no entanto alguns estudos mostram que a internet assumiu esse papel, fazendo com que a mídia convencional perdesse força e credibilidade (DOS SANTOS, BAQUERO E MORAIS, 2018; WEIRICH, AZEVEDO, 2020). Isso se deve ao alto índice de desconfiança nos agentes socializadores, em especial a mídia. De acordo com a pesquisa realizada no ano de 2018, a internet empata com a família no quesito confiança nas informações sobre o contexto político, seguindo da mídia convencional, e por fim a escola. Mesmo a família e a internet ficando com os agentes mais confiáveis nessa pesquisa, ainda assim possuem um índice de confiança baixo, com

cerca de 16% cada um, enquanto 55% dos entrevistados afirmaram não confiar em nenhum dos agentes de socialização para receber informações (WEIRICH, AZEVEDO, 2020).

A partir dos dados citados acima, é possível perceber que a escola tem perdido espaço como agente socializador, além de estar perdendo a credibilidade, o que se torna um empecilho para o desenvolvimento de uma educação para a cidadania. Para que a formação do indivíduo seja completa, seja para o convívio em sociedade como para o exercício da cidadania, a confiança no agente socializador escola é extremamente necessária, uma vez que é por meio dela que, de acordo com o modelo apresentado por Schmidt (2001), o indivíduo receberá a orientação de como atuar dentro da sociedade e do regime democrático.

A educação para a cidadania se torna fundamental para o desenvolvimento do cidadão ativo, que participa e está ciente dos seus direitos e deveres. Quando desenvolvida na escola, ela facilita a formação do cidadão, uma vez que a socialização e a cultura política<sup>23</sup> do cidadão se desenvolve desde a sua infância. De acordo com Schmidt (2001) a socialização política, ou seja, a orientação que o indivíduo recebe para participar do sistema político (votando ou sendo votado), começa a ser construída na infância.

Ao olhar para a experiência de São Borja - RS alguns dados auxiliam a compreender a importância da educação para a cidadania estar presente na formação escolar. Em relação ao quantitativo eleitoral de participação, com o recorte ajustado para jovens<sup>24</sup> que possuem o direito facultativo<sup>25</sup> de tirar o título de eleitor, a taxa de participação é baixa. Em janeiro de 2022, de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral<sup>26</sup>, o município possuía cerca de 48.142 eleitores, dos quais apenas 150 são jovens entre dezesseis e dezessete anos, representando 0,31% do total do município.

---

<sup>23</sup> “um conjunto de orientações e atitudes políticas compartilhadas pelos indivíduos de uma sociedade em relação ao sistema político e aos papéis que os mesmos assumem enquanto atores políticos” (BAPTISTA 2016 p.665).

<sup>24</sup> A Constituição Federal de 1998 estabelece o direito do voto facultativo para os jovens maiores de dezesseis anos e menores de dezoito anos.

<sup>25</sup> Recorte escolhido pois demonstra a vontade espontânea de participação convencional, uma vez que não há obrigação legal de participar

<sup>26</sup> Portal com os dados na íntegra: [https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleitor-eleitorado-mensal/faixa-et%C3%A1ria?p8\\_menu=GENERO&clear=RP&session=13967679305347](https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleitor-eleitorado-mensal/faixa-et%C3%A1ria?p8_menu=GENERO&clear=RP&session=13967679305347)

## **6 - ANÁLISE DO PEAC-RS NO INSTITUTO PADRE FRANCISCO GARCIA A LUZ DO PRIMEIRO EIXO - EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA**

Sendo o PEAC-RS uma política pública com significativo nível de discricionariedade, cada escola e cada contexto são diferentes quando se refere a implementação. No caso do PFG, ainda que o programa esteja em pleno funcionamento, não há nenhuma oficina com a temática voltada para a educação para a cidadania, conforme o conceito apresentado no item 05. Entretanto, durante as entrevistas, a escola, nas pessoas da diretora e da coordenadora do PEAC, expressam a vontade de implementar a oficina, bem como a necessidade de uma capacitação para tal feito.

A estrutura da escola e os recursos disponíveis possibilitam que a implementação das oficinas de educação para a cidadania aconteçam, e a legislação, tanto do PEAC, quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN e a própria Constituição Federal de 1988 dão respaldo jurídico para que aconteça. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394) afirma em seu artigo 22º que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

No que se refere a Constituição de 1988, a formação do indivíduo para o exercício da cidadania é assegurada no seu Artigo 205º quando diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Além disso, o artigo primeiro da CF de 1998 já deixa claro que a cidadania é um dos fundamentos que constituem o Estado Democrático de Direito.

De acordo com as entrevistadas, a escola não possui resistências quanto a temática ser trabalhada em sala de aula, embora acreditem que precise ser melhor explicada, tanto para professores eicineiros, como para o público alvo, alunos e pais, a fim de que não haja confusão entre o que se entende por educação para cidadania, e o ensino de política partidária e ideológica na escola.

Visto que constatou-se que não há nenhuma oficina com a temática voltada para a educação para a cidadania, conforme o conceito apresentado no relatório, é possível afirmar que o primeiro eixo norteador do PEAC não está devidamente implementado. Ainda que as oficinas com foco no lazer, nas artes e na cultura façam parte da construção da cidadania, especialmente para os jovens que participam, ainda falta um embasamento

teórico-prático que facilite a inserção desses jovens na esfera social e política como cidadãos ativos e sofisticados (SCHMIDT, 2001).

Nas falas das entrevistadas é possível perceber esse déficit de conhecimento por parte dos alunos da escola, e na opinião das mesmas a educação para a cidadania, uma vez implementada na escola, seria uma forma de torná-los conhecedores da realidade em que vivem e situá-los enquanto cidadãos. A coordenadora, em uma de suas falas, descreve a dificuldade que os alunos têm para trabalhar assuntos comuns do cotidiano, como por exemplo, fazer compras no supermercado, ou até mesmo questões de identificação, como CPF e identidade.

Também afirma que encontra dificuldades em trabalhar temáticas relacionadas ao município, temas básicos como a história do município, o nome dos governantes e até mesmo o personagem histórico que fundou a escola, a qual carrega seu nome em homenagem. A fala a seguir exemplifica uma tentativa de desenvolver uma atividade prática a respeito da temática “economia”:

Eu fiz, ano passado, teve um mercado que o “CAT”, que é o currículo do primeiro ao quinto ano, fez com os professores, aí eles montaram um mercado fictício, só que não era, por exemplo, era uma garrafa de água mineral, mas não tinha o produto, era só a garrafinha sabe? Aí as profes colocaram o preço, tudo, fizeram as moedas, dinheiro, tudo fictício, aí eu peguei uma turma, acho que era de sétimo ano, e levei. Ai eu disse “agora vocês imaginem que vocês tenham cem reais e vocês vão gastar esses cem reais nos produtos que tem no mercado”. Aí eles foram lá, só que eles não pegavam, sabe? Eles só anotavam “ah eu quero uma água mineral” e anotavam o preço e quantidade. Aí anotaram numa planilha que tinha, chegaram na sala de aula e eu disse “tá agora vocês vão somar”. Por exemplo, “ah peguei três águas minerais” vão pegar o preço unitário e o total. Anotaram o preço unitário, tá multiplica por três e agora vocês são somar. Teve gente que pegou mil reais em mercadoria. Ai eu disse “e agora? Qual a solução que tu tem? Tu precisa de água, tu precisa do leite, tu precisa de açúcar, que tu vai fazer? Pega em menos quantidade, em vez de pegar três pega uma” [...] Sabe, e eles ficaram assim, apavorados (COORDENADORA DO PEAC - transcrição literal da entrevista)

A partir desse relato, é possível entender que a formação para a cidadania está incompleta, e acaba por afetar os conteúdos de sala de aula e também a formação dos alunos enquanto indivíduos sociais, que precisam ter noções básicas do convívio social, economia e política para desenvolver sua cidadania plena. O primeiro eixo norteador da PEAC possibilita esse espaço de aprendizagem no espaço da escola, que não havendo oficinas que abordem a temática, não está sendo utilizado.

Em síntese da análise, a escola possui os recursos e a base na legislação para desenvolver as oficinas de educação para a cidadania, bem como há o interesse da mesma em implementar. Os relatos das entrevistadas comprovam a importância da

temática, como a sua ausência tem afetado a formação e o desenvolvimento dos alunos enquanto cidadãos. No entanto, o que impede as oficinas de estarem ativas é a falta de recursos humanos e a capacitação dos mesmos para desempenhar tais funções.



## 7 - RECOMENDAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO

A partir da análise dos dados, a seguir apresenta-se a recomendação para solucionar ou mitigar o problema detectado, bem como a descrição de como foi elaborada a cartilha, produto técnico que deriva deste relatório.

Após as entrevistas ficou claro que o maior problema que impede a implementação das oficinas de educação para a cidadania nas escolas, visto que há o interesse em implementá-las, é a falta de capacitação para tal. Uma vez que as oficinas são oferecidas por voluntários, e os professores podem e tem o interesse de serem voluntários, a capacitação vem no sentido de oferecer o material e as informações necessárias para iniciar as oficinas no Instituto Padre Francisco Garcia.

Nas entrevistas, conforme o quadro 2, as professoras indicaram os temas que achavam mais importantes para serem trabalhados, considerando o contexto da escola. A cartilha foi elaborada baseada nessa ordem de conteúdo, com a adição de um item a mais (saúde pública: a questão da saúde mental), conforme solicitação da diretora da escola.

Além disso, a cartilha também possui conteúdos gerais sobre o PEAC-RS, sua estrutura e sobre a educação para a cidadania, a fim de contextualizar o(a) oficinairo(a) que irá utilizá-la. O primeiro item da cartilha é a Ficha Técnica, onde consta, em síntese, todas as informações técnicas sobre a cartilha e a implementação das oficinas. A seguir, o sumário facilita o professor/oficineiro de manusear a cartilha, listando as temáticas discutidas, bem como sua localização na cartilha.

Ainda nas páginas iniciais da cartilha constam breves explicações sobre a educação para a cidadania, a fim de evitar errôneas comparações com doutrinação ideológica na escola, e sobre o PEAC-RS, situando os professores/oficineiros sobre a legislação, a estrutura do programa e outras informações relevantes. Os procedimentos metodológicos também são descritos na cartilha, buscando um diálogo direto com os implementadores das oficinas de educação para a cidadania. A ideia é fornecer essa capacitação para lidar com essa temática tão teórica de forma mais lúdica, atrativa e que dê resultados, atendendo a preocupação da coordenadora do PEAC no Instituto, em relação ao interesse dos alunos pela oficina. Além disso, a cartilha também traz uma série de dicas e observações importantes para o melhor funcionamento das oficinas.

Os roteiros de oficinas temáticas, criados no formato de “passo a passo”, tem uma linguagem acessível tanto ao professor/oficineiro que irá implementar, quanto ao aluno que irá receber o conteúdo por meio das oficinas. Ou seja, as oficinas estão adaptadas

com a linguagem, temática e conteúdos para o público alvo das oficinas, que recomenda-se que sejam jovens de 14 a 18 anos. No entanto, como não há restrição de público nas oficinas do PEAC-RS, sendo livre a participação da comunidade escolar, as dinâmicas de cada tema podem ser adaptadas para idades inferiores e superiores a essa faixa etária.

A ideia do roteiro das oficinas é que a primeira parte seja mais teórico, abordando os conteúdos e estabelecendo essa relação de ensino aprendizagem do público da oficina com o implementador, e a segunda parte da oficina seja voltado para a prática, com jogos, dinâmicas e exercícios, que além de atraírem a atenção do público jovem, também ajudam na compreensão do conteúdo. Dessa forma, além de aprender sobre a cidadania, o público também pratica, conhecendo sua realidade e participando ativamente das oficinas.

Visto que, para além das temáticas abordadas na cartilha, a educação para a cidadania tem diversas outras temáticas, ao final da cartilha se encontram links de livros, ebooks, cursos, jogos, dinâmicas e outros planos de aula que podem auxiliar o implementador na elaboração de outras temáticas para oficinas. Assim como a cartilha aborda nos procedimentos metodológicos, é importante que o implementador, ou seja, o professor/oficineiro, esteja atento à realidade do público da oficina. Se surgirem dúvidas, ou se o implementador perceber que a turma não consegue acompanhar o ritmo das temáticas, por faltar conhecimentos anteriores ou pela complexidade do assunto, pode-se criar oficinas com outros temas e subtemas, para isso os conteúdos extras no final da cartilha.

Em síntese, a cartilha tem a intenção de facilitar o início das oficinas de educação para a cidadania, que são de interesse da escola. Também disponibiliza meios e recursos para que outras temáticas sejam abordadas, além das que já constam na cartilha na forma de um roteiro de oficina. Com linguagem acessível, conteúdos adaptados à realidade escolar e uma metodologia de ensino mais lúdica, a cartilha se apresenta como uma solução viável ao problema de implementação do 1º eixo norteador da PEAC-RS apresentado pelas entrevistadas.

## 8 - REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations. Princeton university press, 2015.

BAPTISTA, Leonardo. "O conceito de cultura política: das origens na ciência política norteamericana à historiografia contemporânea." Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST 5.5 (2016).

BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política. Porto Alegre/Canoas : Ed. Universidade/UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998.

BARRETO, Vicente. O conceito moderno de cidadania. Revista de direito administrativo, v. 192, p. 29-37, 1993.

BENEVIDES, Maria Victoria. Cidadania e direitos humanos. Cadernos de Pesquisa, p. 39-46, 2004.

BITTAR, Eduardo CB. 11-Educação e metodologia para os direitos humanos. 2008.

BRASÍLIA, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996

CAPUCHA, Luís et al. Educação para a Cidadania. Guião de Educação para a Sustentabilidade–Carta da, 2006.

DIAS, Reginaldo. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo:Atlas, 2002

DOS SANTOS, Marcus Vinícius Deorristte; BAQUERO, Marcello; DE MORAIS, Jennifer Azambuja. Corrupção e cultura política juvenil no Sul do Brasil. Revista Eletrônica Interações Sociais, v. 2, n. 1, p. 101-120, 2018.

EASTON, David; DENNIS, Jack. The child's acquisition of regime norms: Political efficacy. American Political Science Review, v. 61, n. 1, p. 25-38, 1967.

ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-ação. Educar em Revista, p. 181-191, 2000.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e políticas públicas, n. 21, 2009.

HOWLETT, Michael; RAMESH, Mishra; PERL, Anthony. Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. São Paulo: Campus, 2013.

LAMÓGLIA, Fernando Botto; BONETI, Lindomar Wessler. O preceito da cidadania nas políticas públicas educacionais no Brasil. *Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade*, v. 5, n. 10, p. 57-79, 2018.

MALLMANN, Elena Maria. Pesquisa-ação educacional: preocupação temática, análise e interpretação crítico-reflexiva. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 155, p. 76-98, 2015.

MOREIRA, Letícia de Sousa; BRANCO, Angela Uchoa. Cultura de paz, moralidade e virtudes cívicas: contribuições da psicologia cultural. *Psicol. Argum*, v. 30, n. 68, p. 161-170, 2012.

RIO GRANDE DO SUL, LEI Nº 12.865 que Institui o Programa Escola Aberta para a Cidadania - PEAC/RS. Publicada no DOE nº 240, de 19 de dezembro de 2007)

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. Cengage Learning, 2014.

SECCHI, Leonardo. Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. Cengage Learning, 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Escola Aberta para a Cidadania. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/escola-aberta-para-a-cidadania> Acesso em: 24/11/2021

SCHMIDT, João Pedro. Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada do milênio - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SILVEIRA, Angelita Fialho; DE AMORIM, Maria Salete Souza. Socialização política e capital social: uma análise da participação da juventude no contexto escolar e político. *Educação Unisinos*, v. 9, n. 2, p. 155-163, 2005.

TRIPP, David. Action research: a methodological introduction. *Educação e pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

UNESCO. Fazendo a diferença: Projeto Escola Aberta para a cidadania no Estado do Rio Grande do Sul. 2006.

VASCONCELOS, Teresa. A importância da educação na construção da cidadania. 2007.

WEIRICH, Fernanda; DE AZEVEDO, Domingos Sávio Campos. O que tem afastado os jovens da participação política? Uma análise do caso de São Borja-RS. *Conversas & Controvérsias*, v. 7, n. 1, 20 ago. 2020.

## **9 - ANEXOS**

### **ANEXO A - PRODUTO TÉCNICO GERADO A PARTIR DO RELATÓRIO TÉCNICO (CARTILHA)**